



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 10/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2015

OBJETO:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSMISSÃO, AO VIVO, EM CANAL ABERTO DE TV, DAS SESSÕES (ORDINÁRIAS E, EVENTUALMENTE, EXTRAORDINÁRIAS, SOLENES, PALESTRAS, AUDIÊNCIAS PÚBLICAS E DEMAIS REUNIÕES PERTINENTES) DA CÂMARA DE VEREADORES DE ITAJAÍ, EM TODO O MUNICÍPIO DE ITAJAÍ.



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2015
EDITAL

A **CÂMARA DE VEREADORES DE ITAJAÍ** com sede na Av. Ver. Abrahão João Francisco, nº 3825, Bairro Ressacada, na cidade de Itajaí, Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Administração e Finanças, torna público que realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **PRESENCIAL**, tipo **MENOR PREÇO**, na forma **POR ITEM**, destinado ao recebimento de propostas objetivando a **contratação de empresa para prestação de serviços de transmissão, ao vivo, em canal aberto de TV, das sessões (ordinárias e, eventualmente, extraordinárias, solenes, palestras, audiências públicas e demais reuniões pertinentes) da Câmara de Vereadores de Itajaí, em todo o município de Itajaí, de acordo com as especificações, quantitativos e condições constantes no Termo de Referência – Anexo I deste edital**, em conformidade com as Leis nº 10.520, de 17/07/02; nº 8.666, de 21/06/93 e suas alterações posteriores; Lei Complementar nº 123/2006, de 14/12/2006 e Decreto Legislativo Municipal nº 693/2014.

RETIRADA DO EDITAL: A retirada do Edital do Pregão Presencial deverá ser efetuada no endereço eletrônico: www.cvi.sc.gov.br no link: [LICITAÇÕES](#).

DATA DE RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES: [22/07/2015 às 14h.](#)

Os envelopes contendo os documentos de **PROPOSTA DE PREÇOS** e de **HABILITAÇÃO** serão recebidos pelo pregoeiro impreterivelmente na data e horário acima destacados, na Sala de Licitações da Câmara de Vereadores de Itajaí, localizada na Av. Ver. Abrahão João Francisco, 3825 – Bairro Ressacada, CEP 88.307-303, 4º andar, no município de Itajaí, Estado de Santa Catarina.

Anexo I – Termo de Referência

Anexo II – Quantitativos e Valores de Referência

Anexo III – Modelo de Formulação da Proposta de Preços

Anexo IV – Modelo de Termo de Credenciamento

Anexo V – Modelo de Declaração de Atendimento às Condições de Habilitação

Anexo VI – Modelo de Declaração de Atendimento ao inc. XXXIII do art. 7º da CF/88

Anexo VII – Modelo de Declaração de Parentesco

Anexo VIII – Modelo de Atestado de Visita Técnica

Anexo IX – Modelo de declaração de conhecimento de local dos serviços

Anexo X – Minuta de Contrato



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



1. DO OBJETO

- 1.1. Constitui objeto da presente licitação a contratação de empresa para prestação de serviços de transmissão, ao vivo, em canal aberto de TV, das sessões (ordinárias e, eventualmente, extraordinárias, solenes, palestras, audiências públicas e demais reuniões pertinentes) da Câmara de Vereadores de Itajaí, em todo o município de Itajaí, de acordo com as especificações, quantitativos e condições constantes no Termo de Referência – Anexo I deste edital.

2. DOS ENVELOPES

- 2.1. O envelope nº 1 - **PROPOSTA DE PREÇOS** e nº 2 – **HABILITAÇÃO** deverão ser entregues ao pregoeiro na data e hora marcadas no preâmbulo deste edital, na Câmara de Vereadores de Itajaí, situada na Av. Ver. Abrahão João Francisco, 3825 – Bairro Ressacada, CEP 88.307-303, no Município de Itajaí, Estado de Santa Catarina, até a data e horário previstos no preâmbulo deste Edital.
- 2.2. No anverso dos Envelopes nº 1 (PROPOSTA DE PREÇOS) e nº 2 (HABILITAÇÃO) deverão constar os seguintes dizeres.

ENVELOPE Nº 1 – PROPOSTA DE PREÇOS

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA / CNPJ

ENDEREÇO COMPLETO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2015

ENVELOPE Nº 2 – HABILITAÇÃO

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA / CNPJ

ENDEREÇO COMPLETO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2015

- 2.3. Não será aceito, em qualquer hipótese, a participação de licitante retardatário, considerado aquele que apresentar os envelopes após o horário estabelecido para a entrega dos mesmos.
- 2.4. A proposta de preços e os documentos de habilitação deverão ser apresentados em envelopes separados e fechados de forma a não permitir a violação de seu conteúdo, sendo preferencialmente opacos e rubricados no fecho.



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



2.5. Não serão recebidos os envelopes após o horário previsto no preâmbulo deste edital, para tanto será considerado o horário oficial de Brasília/DF, podendo ser conferido no site: <http://www.horariodebrasil.org/>

2.6. Envio de correspondência via postal:

2.6.1. As empresas que encaminharem as propostas e os documentos de habilitação via postal, **deverão o fazer em um terceiro envelope**, contendo no anverso do mesmo:

<p>ENVELOPE Nº 3</p> <p>AC/ Pregoeiro</p> <p>RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA / CNPJ</p> <p>ENDEREÇO COMPLETO</p> <p>PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2015</p>

2.6.2. Caso o envelope não chegue ao Pregoeiro ou ao Departamento de Licitações e Contratos até o horário aprazado, não se tomará conhecimento do mesmo.

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar da licitação, as empresas do ramo de atividade pertinente que atenderem às exigências estabelecidas neste Edital.

3.2. A participação na licitação implica, automaticamente, na aceitação integral dos termos deste Edital, seus anexos e leis aplicáveis.

3.3. Somente terão direito de usar a palavra, rubricar as documentações, as propostas, apresentar reclamações ou recursos e assinar as atas, os licitantes credenciados, o Pregoeiro, os membros da Equipe de Apoio e representantes dos órgãos fiscalizadores.

3.4. Não será admitida a participação de empresas:

3.4.1. Cuja falência ou concordata tenha sido declarada, que se encontra em processo de recuperação judicial ou extrajudicial, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação.

3.4.2. Punidas por qualquer órgão da Administração Direta ou Indireta, em qualquer das suas esferas com suspensão ou impedimento de licitar ou contratar com a Administração Pública durante o prazo estabelecido para a penalidade. (STJ - REsp 151567 - RJ - 2ª T. - Rel. Min. Francisco Peçanha Martins - DJU 14.04.2003).

3.4.3. Que tenham sido declaradas inidôneas por qualquer órgão da Administração Direta ou Indireta, das esferas FEDERAL, ESTADUAL, MUNICIPAL ou do DISTRITO FEDERAL.



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



- 3.4.4. Cujos diretores, gerentes, sócios e empregados sejam servidores ou dirigentes da Administração Pública Municipal direta ou indireta.
- 3.4.5. Que incorram nas condições impeditivas previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666/93.
- 3.4.6. Que por si ou seus sócios sejam participantes do capital de outra empresa que esteja participando desta licitação, ou de empresas que tenham como responsável técnico ou integrante da equipe técnica pertencente à outra empresa que esteja participando desta licitação.
- 3.4.7. Empresas em consórcio, e sejam controladoras coligadas ou subsidiárias entre em si, quaisquer que sejam suas formas de constituição.
- 3.5. **É vedada a participação no presente certame de pessoa física ou jurídica que possua sócio/empregado que seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até terceiro grau, dos membros desta Casa Legislativa, bem como dos chefes das suas unidades, incluídos todos os demais casos já previstos na Súmula n.º 13 do Supremo Tribunal Federal.**
- 3.5.1. **A comprovação desta exigência se dará através de declaração, a ser apresentada no envelope de habilitação, conforme anexo VII.**

4. DO CREDENCIAMENTO

- 4.1. No horário e local indicados no preâmbulo deste Edital será aberta a Sessão de processamento do Pregão Presencial, iniciando-se com o credenciamento dos interessados em participar do certame.
- 4.2. O credenciamento da empresa e de seu representante legal implica na responsabilidade legal pelos atos praticados e pela presunção de capacidade plena para a realização das transações inerentes ao presente pregão.
- 4.3. Para o credenciamento, o representante presente na sessão deverá entregar ao Pregoeiro, **APARTADOS DOS ENVELOPES nº 1 e 2**, os seguintes documentos:
- 4.3.1. Registro Comercial, no caso de empresa individual.
- 4.3.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato em vigor devidamente registrado em se tratando de sociedades comerciais e no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.
- 4.3.3. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.
- 4.3.4. Decreto de autorização em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no Brasil, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- 4.3.5. O representante do licitante deverá identificar-se mediante apresentação, ao Pregoeiro, de documento que comprove sua identidade, para que possibilite a conferência dos dados com o registro informado no termo de credenciamento.



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



- 4.3.6. Os licitantes deverão declarar que estão em situação regular perante as Fazendas Nacional, Estadual e Municipal, com a seguridade social (INSS e FGTS), bem como atendem às exigências do Edital quanto à habilitação jurídica e econômico-financeira, conforme ANEXO V.
- 4.3.7. **CONDIÇÃO DIFERENCIADA:** É facultado ao licitante que queira se valer do regime diferenciado disposto Nos artigos 42 e 43 da Lei Complementar Federal n.º 123/2006, **apresentar no CREDENCIAMENTO:** para as empresas com registro na Junta Comercial do estado, o documento a ser apresentado é a ***“Certidão Simplificada da Junta Comercial”***, expedida pelo Estado da sua sede. Para as empresas com registro em Cartório, a comprovação dar-se-á através de ***“Declaração de Opção pelo Simples Nacional”*** expedida através do portal do simples nacional – Receita Federal. Essa certidão/declaração deverá ter prazo de emissão de, no máximo, 60 (sessenta) dias.
- 4.4. Os documentos apresentados nos subitens **4.3.1., 4.3.2., 4.3.3., 4.3.4. e 4.3.7.**, deverão ser originais, ou fotocópia autenticada conforme item **6.2.**
- 4.5. Na apresentação do estatuto ou contrato social em vigor e última alteração, se houver, deverá constar além da denominação social, a **identificação do ramo de atividade da empresa, que deverá ser compatível com o objeto licitado.**
- 4.6. Caso seja designado outro representante que não tenha poderes atribuídos pelos documentos de constituição da licitante já apresentados no item **4.3.**, este deverá apresentar **procuração COM RECONHECIMENTO DE FIRMA**, ou termo de credenciamento **COM CARIMBO E RECONHECIMENTO DE FIRMA**, podendo ser utilizado o modelo do Anexo IV.
- 4.7. Somente a pessoa credenciada poderá intervir no procedimento licitatório, ofertando lances verbais e demais atos relativos a este pregão presencial, sendo admitido, para este feito, um único representante por licitante interessada.
- 4.8. Nenhuma pessoa, ainda que munida de procuração, poderá representar mais de uma empresa.
- 4.9. A comprovação de que o interessado não possui poderes específicos para representar o licitante no certame, implicará na impossibilidade do mesmo de participar da fase competitiva, consubstanciada nos lances verbais e na manifestação do direito de recorrer das decisões tomadas durante a sessão, lavrando-se em ata o ocorrido e, permanecendo tão-somente no certame a sua proposta escrita.
- 4.10. A ausência do credenciado, por quaisquer motivos, durante a sessão, sem a substituição formal ou sem a autorização expressa do Pregoeiro, impede a prática de atos inerentes ao pregão.
- 4.11. Não havendo representante da licitante presente em Sessão, será obrigatória a apresentação dos documentos contidos nos itens **4.3.7 – Condição Diferenciada** (para as microempresas ou empresas de pequeno porte que queiram utilizar os benefícios da LC 123/2006), e **4.3.6 – Declaração de habilitação** (para todas as empresas), em um terceiro envelope, contendo no anverso do mesmo: ENVELOPE Nº 3, Razão Social da Empresa e CNPJ.
- 4.11.1. A licitante sem representante presente no processo licitatório, em se tratando de micro empresa ou empresa de pequeno porte, que apresentar os documentos descritos no item **4.3.7**, somente fará jus ao benefício previsto no §1º, do art. 43, da Lei Complementar 123/2006.



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



5. DA PROPOSTA DE PREÇOS – ENVELOPE N.º 1

- 5.1. No envelope lacrado N.º 1 – PROPOSTA DE PREÇOS - deverá conter a proposta, emitida em 1 (uma) via, impressa, datada e assinada, preferencialmente rubricada e paginada (Exemplo: 1/5, 2/5... 5/5) em todas as suas folhas, elaborada em papel timbrado da empresa e redigida em língua portuguesa, salvo, quanto às expressões técnicas de uso corrente, além dos seguinte elementos necessários à sua elaboração:
- a) Identificação (razão social), endereço e N.º do CNPJ da proponente;
 - b) **Proposta:** deverá ser cotado o **MENOR PREÇO POR ITEM**, com apresentação dos valores unitários e totais de cada item, em moeda corrente nacional, com no máximo 02 (dois) algarismos decimais e, de preferência, o preço total também por extenso.
 - c) **Prazo de validade da proposta:** Mínimo de 60 (sessenta) dias, a contar da entrega dos envelopes;
 - d) **Prazo de execução/vigência:** Conformidade com o item 12.3 deste Edital;
 - e) **Deverá ser observado quando da elaboração das propostas:** Prazos; Local de prestação dos serviços e Forma de Pagamento.
- 5.2. **No(s) preço(s) deverão estar inclusos todas as despesas concernentes à execução do objeto do presente edital**, os encargos sociais e trabalhistas, todos os equipamentos, instrumentos, ferramentas e máquinas, transporte, deslocamento, salários, estadias, carga tributária, alvará, as taxas municipais, estaduais e federais, as despesas indiretas, o lucro bruto do licitante e os demais custos mencionados nas especificações, constantes no Anexo I, necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital e seus anexos.
- 5.3. O preço ofertado será sempre o preço final, nele devendo estar computado todas as despesas que incidam sobre o contrato, as quais ficarão a cargo da futura contratada.
- 5.4. Pequenas falhas ou defeitos na apresentação das propostas, não comprometendo a legalidade do certame, serão resolvidas pelo Pregoeiro.
- 5.5. Preferencialmente para facilitar o julgamento por parte do Pregoeiro, solicita-se aos licitantes que apresentem suas propostas nos moldes do Anexo III.
- 5.6. Serão desconsideradas as propostas que apresentarem alternativas de preços ou qualquer outra condição não prevista neste Edital.
- 5.7. Não serão aceitas propostas para execução parcial do objeto desta licitação.
- 5.8. Após apresentação da proposta não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.
- 5.9. Quaisquer outros documentos presentes no envelope de proposta que não foram expressamente solicitados no edital serão devolvidos ao representante presente no momento da abertura do invólucro.



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



6. DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO

- 6.1. O envelope lacrado nº 2 – **HABILITAÇÃO** – deverá conter os documentos relacionados para habilitação (item 7), em sua via original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração, mediante conferência da cópia com o original ou publicação em órgão de imprensa oficial, preferencialmente rubricados e paginados (Exemplo: 1/5, 2/5,...5/5) em todas as folhas.
- 6.2. Quantos às autenticações:
- 6.2.1. Havendo mais de um documento reproduzido numa mesma folha, para cada documento procede-se à conferência com o original, portanto, a autenticação é individual, gerando a consequência de serem apostas tantas autenticações quantos forem os documentos reprografados. (Provimento nº 12/92, item 8, da CGJ – Corregedoria-Geral da Justiça).
- 6.2.2. Poderá ser apresentado das seguintes formas: por cartório competente, ou por servidor da Administração, ou publicação em órgão de imprensa oficial.
- 6.2.3. As autenticações, por servidor da Administração, deverão ocorrer preferencialmente até às 18 horas do dia anterior à sessão de abertura do mesmo.
- 6.2.4. Serão aceitas somente cópias legíveis.
- 6.3. Quando o certificado/certidão for emitido por sistema eletrônico, poderá ser apresentado no original ou em fotocópia, mas sua aceitação fica condicionada à verificação da autenticidade pela Internet ou junto ao órgão emissor.

OBSERVAÇÃO:

- * **Documentos matriz/filial:** Os documentos apresentados deverão estar em nome da licitante responsável pelo contrato/fornecimento com o número do CNPJ e endereço respectivo.
- * Se a licitante responsável pelo contrato/fornecimento for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome desta.
- * Se a licitante responsável pelo contrato/fornecimento for filial, todos os documentos deverão estar em nome desta.
- * Os documentos que constarem expressamente que são válidos para todos os estabelecimentos, matriz e filiais, serão aceitos pela Comissão independentemente da inscrição do CNPJ da proponente, para efeito de julgamento.
- * A licitante microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de ser inabilitada.

- 6.4. Prazo de validade dos documentos:



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



- 6.4.1. A documentação exigida deverá ter validade, no mínimo, até a data prevista para o protocolo dos envelopes.
- 6.4.2. Os documentos que omitirem o prazo de validade serão considerados como válidos pelo período de 90 (noventa) dias.
- 6.5. Quaisquer outros documentos presentes no ENVELOPE DE HABILITAÇÃO que não foram expressamente solicitados no edital serão devolvidos ao representante presente no momento da abertura do invólucro.
- 6.6. INFORMAÇÕES ADICIONAIS:**
- 6.6.1. O Pregoeiro reserva-se o direito de solicitar da licitante, em qualquer tempo, no curso da licitação, quaisquer esclarecimentos sobre documentos já entregues, fixando-lhe prazo para atendimento, ou ainda diligenciar junto às repartições sobre a validade das certidões apresentadas.
- 6.6.2. A falta de quaisquer dos documentos exigidos no Edital implicará na inabilitação da licitante, sendo vedada, sob qualquer pretexto, a concessão de prazo para complementação da documentação exigida para a habilitação.
- 6.6.3. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus anexos.

7. DA HABILITAÇÃO

7.1. Habilitação Jurídica

- 7.1.1. Registro Comercial, no caso de empresa individual.
- 7.1.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato em vigor devidamente registrado em se tratando de sociedades comerciais e no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.
- 7.1.3. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.
- 7.1.4. Decreto de autorização em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no Brasil, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

OBSERVAÇÕES:

- a) No que couberem os documentos referidos nos itens **7.1.1. e 7.1.2.**, poderão ser substituídos por “Certidão Simplificada” emitida pela Junta Comercial do Estado, da sede da empresa, cujo prazo de emissão não poderá ser superior a 60 (sessenta) dias.
- b) Na apresentação do estatuto ou contrato social em vigor e última alteração, se houver, deverá constar além da denominação social, a identificação do ramo de atividade da empresa, que deverá ser compatível com o objeto licitado.



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



- d) A documentação solicitada nos itens 7.1.1. a 7.1.4. poderá ser substituída pela apresentação de Certidão de Registro Cadastral emitido pela Câmara de Vereadores de Itajaí, correspondendo o ramo de atividade ao objeto licitado. Será ainda dispensada a apresentação dos referidos documentos na fase de habilitação quando devidamente apresentados durante o credenciamento.

7.2. Regularidade Fiscal e Trabalhista

- 7.2.1. Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).
- 7.2.2. Prova de regularidade para com a **Fazenda Federal**, mediante apresentação de Certidão conjunta dos tributos administrados pela Receita Federal e da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional referente à Dívida Ativa.
- 7.2.3. Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual**, mediante apresentação de certidão de Regularidade Fiscal, expedida pela Secretaria de Estado da Fazenda, do domicílio ou sede do proponente, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 7.2.4. Prova de regularidade para com a **Fazenda Municipal**, mediante apresentação de Certidão de Regularidade Fiscal, expedida pela Secretaria Municipal da Fazenda, do domicílio ou sede do proponente, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 7.2.5. Prova de regularidade relativa ao **Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)**, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.
- 7.2.6. Prova de regularidade relativa à **Seguridade Social (INSS)**, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.
- 7.2.6.1. **Esta certidão poderá ser substituída pela apresentação da Prova de Regularidade perante a Fazenda Federal, quando a mesma trouxer explicitamente que abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.**
- 7.2.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII – A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto – Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, alterada pela lei 12.440, de 07 de julho de 2011.

7.3. Qualificação Econômico-Financeira

- 7.3.1. Certidão Negativa de **Falência ou Recuperação Judicial**, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data de pesquisa não anterior a 60 (sessenta) dias, contados da data fixada para a abertura dos envelopes de "HABILITAÇÃO", ou que até esta data esteja dentro da validade, conforme expressa na própria certidão.

7.4. Qualificação Técnica

- 7.4.1. Comprovação da outorga de concessão do serviço de radiodifusão comercial, através da apresentação do extrato do contrato de concessão e permissão firmado com o Ministério das Comunicações, publicado no Diário Oficial da União.



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



7.4.1.1. Para as outorgas concedidas a partir do Decreto n.º 7.670, de 16/01/2012, deverá ser apresentado o respectivo Decreto Legislativo acerca da aprovação da outorga.

7.4.2. Em se tratando de radiodifusão educativa, a comprovação da outorga de concessão deverá ser feita através da apresentação do respectivo Decreto Presidencial de outorga e do Termo de Autorização de Uso de Radiofrequência expedido pela Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL.

7.5. **Outros Documentos**

7.5.1. Declaração de que o licitante cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, conforme prescreve o inciso V do art. 27 da Lei n. 8666/1993, acrescido pela Lei n. 9.854, de 27 de outubro de 1999, podendo ser utilizado o modelo incluso (Anexo VI).

7.5.2. **Declaração de que os sócios e empregados não possuem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até terceiro grau, dos membros desta Casa Legislativa**, bem como dos chefes das suas unidades, incluídos todos os demais casos já previstos na Súmula n.º 13 do Supremo Tribunal Federal, conforme modelo do anexo VII.

7.5.3. **Declaração de visita técnica ou Declaração de Conhecimento do Local dos Serviços**, nas seguintes condições:

- a) Para optantes pela visita técnica: Apresentar declaração conforme modelo constante do Anexo VIII, fazendo constar que a empresa proponente tomou conhecimento das necessidades da prestação dos serviços objeto desta licitação, bem como que tomou conhecimento da estrutura atual e de todos os elementos técnicos necessários ao cumprimento do objeto desta licitação, admitindo-se, consequentemente, como certo, o prévio e total conhecimento da situação. A referida declaração deverá receber o visto do Diretor de TV e Rádio da Câmara de Vereadores de Itajaí;
- b) Para optantes pela declaração de conhecimento do local dos serviços: Apresentar declaração conforme modelo constante do Anexo IX, fazendo constar que a empresa proponente detém conhecimento pleno e suficiente sobre as condições e o local para a execução dos serviços descritos no Anexo I deste Edital e que não poderão ser alegadas, a qualquer tempo, quaisquer reivindicações decorrentes do desconhecimento das suas condições.

8. **DOS PROCEDIMENTOS DE RECEBIMENTO DOS ENVELOPES E JULGAMENTO**

8.1. No dia, hora e local designados neste Edital, serão recebidos os envelopes de **Proposta e Habilitação**, devidamente lacrados e protocolados conforme disposição do item **2.1.** do presente instrumento.

8.2. No dia, hora e local designados neste Edital, na presença dos licitantes e demais pessoas presentes ao ato público, o Pregoeiro declarará aberta a Sessão e anunciará as empresas que apresentaram envelopes.

8.3. Em seguida o Pregoeiro passará ao credenciamento dos licitantes, nos termos do **item 4** – Do Credenciamento, e após, encaminhará os envelopes distintos, aos licitantes credenciados para conferência dos lacres e protocolos.

8.4. Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as propostas, ocasião em que será procedida à verificação da sua conformidade com os requisitos estabelecidos neste instrumento, com exceção do preço, desclassificando-se as incompatíveis.



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



- 8.5. A desclassificação da proposta do licitante importa preclusão do seu direito de participar da fase de lances verbais.
- 8.6. Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o conteúdo da proposta apresentada, ressalvados apenas aquelas destinadas a sanar evidentes erros formais:
- 8.6.1. Serão corrigidos automaticamente pelo Pregoeiro quaisquer erros de soma e/ou multiplicação.
- 8.6.2. Falta de data e/ou rubrica da proposta poderá ser suprida pelo representante legal presente à sessão do Pregão.
- 8.6.3. Falta do CNPJ e/ou endereço completo poderá também ser preenchida pelos dados constantes dos documentos apresentados no envelope nº 2 – Habilitação.
- 8.6.4. O item relativo a dados bancários do licitante não gerará a sua desclassificação, pois poderá ser preenchido para a assinatura do contrato.
- 8.7. As propostas serão encaminhadas aos credenciados, para rubrica e conferência.
- 8.8. Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.
- 8.9. No curso da Sessão, dentre as propostas classificadas, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até dez por cento superiores àquela poderão fazer lances verbais e sucessivos, até a proclamação do vencedor.
- 8.10. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no subitem 8.9, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de três, oferecer novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos.
- 8.11. Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço, observada a **redução mínima entre lances de R\$ 10,00 (dez reais)**.
- 8.12. É vedada a oferta de lance com vista ao empate.
- 8.13. A oferta dos lances deverá ser efetuada considerando o **MENOR PREÇO POR ITEM**, no momento em que for conferida a palavra ao licitante, na ordem decrescente dos preços.
- 8.14. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas.
- 8.15. O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, indagados pelo Pregoeiro, os licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.
- 8.16. Após o encerramento da fase de lances serão concedidos os benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, qual seja, como critério de desempate será assegurado a direito de preferência de contratação para as ME ou EPP:



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



- 8.16.1. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço.
- 8.17. Ocorrendo o empate previsto no item anterior, proceder-se-á da seguinte forma:
- 8.17.1. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado.
- 8.17.2. Não ocorrendo à contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, serão convocados os remanescentes que por ventura se enquadrem na hipótese dos §§ 1º e 2º do art. 44 da Lei Complementar nº 123/2006, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.
- 8.17.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas ou empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos §§ 1º e 2º do art. 44 da Lei Complementar 123/2006, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 8.17.4. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.
- 8.18. Na hipótese da não contratação nos termos previstos nos item 8.17.2. deste Edital, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.
- 8.18.1. O disposto neste Item somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.
- 8.19. Considera-se preço excessivo, para os fins de avaliação da aceitabilidade do preço proposto, aquele que estiver acima do valor máximo indicado pela administração para contratação do objeto ou do preço praticado no mercado, aferindo-se este através do custo médio constante da Planilha de Custos efetuada pela Administração, devidamente atualizado até a data da abertura do envelope **“PROPOSTA DE PREÇOS”**, utilizando-se, para o cálculo, o Índice Geral de Preços do Mercado – IGPM, publicado pela Fundação Getúlio Vargas na ocasião, podendo o Pregoeiro admitir outro critério de aceitabilidade para o preço ofertado, considerando o percentual de desconto alcançado na fase de lances do certame.
- 8.20. Sendo aceitável o preço ofertado, o Pregoeiro procederá à abertura do envelope contendo os documentos de **“HABILITAÇÃO”** do licitante que apresentou a melhor proposta, para verificação do atendimento das condições de habilitação fixadas no item 6 – **DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO** e item 7 – **DA HABILITAÇÃO**, deste Edital.
- 8.21. Se a oferta não for aceitável por apresentar preço excessivo, o Pregoeiro poderá negociar com o licitante vencedor, com vista a obter preço melhor.
- 8.22. Obtido preço aceitável em decorrência da negociação, proceder-se-á na forma do disposto no subitem 8.20.



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



- 8.23. Se a oferta não for aceitável ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação do proponente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.
- 8.24. Serão inabilitados os licitantes que não apresentarem a documentação em situação regular, conforme estabelecido no item **6 – DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO** e item **7 – DA HABILITAÇÃO**, deste Edital.
- 8.25. O Pregoeiro manterá em seu poder os envelopes nº 2 – Habilitação apresentados pelos demais licitantes, até a entrega definitiva do objeto licitado. Após, inutilizará os mesmos.
- 8.26. Da Sessão Pública será lavrada ata circunstanciada, devendo ser assinada pelo Pregoeiro, equipe de apoio e por todos os licitantes presentes.

9. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

- 9.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias para a apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata aos autos.
- 9.2. Os Recursos interpostos às decisões proferidas pelo Pregoeiro serão conhecidos nos termos do inciso XVIII, do artigo 4º da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, devendo ser dirigidos diretamente ao PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE ITAJAÍ e DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS, e protocolados no balcão da recepção da CÂMARA DE VEREADORES DE ITAJAÍ, em horário comercial, **não sendo admitidos os enviados por fax ou correio eletrônico (e-mail).**
- 9.3. Os **recursos, contrarrazões e impugnações serão recebidos pelo Pregoeiro**, o qual poderá reconsiderar ou não sua decisão e encaminhá-los devidamente informados à autoridade competente, para apreciação e decisão.
- 9.4. A falta de manifestação imediata e motivada importará a decadência do direito de recurso.
- 9.5. Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pelo licitante.
- 9.5.1. Na hipótese prevista no subitem anterior, o pregoeiro fundamentará sua decisão na própria ata de abertura e julgamento da sessão pública, indicando o licitante e os motivos pelo não recebimento do recurso.
- 9.6. O acolhimento dos recursos importará à invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 9.7. Impugnado ou não o recurso, o Pregoeiro terá 05 (cinco) dias úteis, contados do esgotamento do prazo de contrarrazões recursais, para reconsiderar ou não sua decisão e encaminha-los devidamente informados à autoridade competente para apreciação e decisão final.
- 9.8. Da aplicação das penalidades previstas neste Edital e na minuta contratual, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis a partir da data da intimação.



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



10. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 10.1. No julgamento das propostas, será considerado vencedor o **MENOR PREÇO POR ITEM**, desde que atendida às exigências de habilitação e especificações constantes deste Edital, nos termos do item 8.24 deste edital.
- 10.2. Não havendo manifestação dos licitantes quanto à intenção de interposição de recurso, o Pregoeiro adjudicará o objeto licitado ao fornecedor mais bem classificado.
- 10.3. **O vencedor do certame deverá apresentar, no prazo máximo de 48 (quarente e oito) horas após a adjudicação do processo pelo Pregoeiro, a readequação dos valores unitários ao valor adjudicado, não sendo aceita a prática de valores inexequíveis e/ou valores acima do proposto inicialmente pela licitante.**
- 10.3.1. Após a apresentação dos valores readequados, o Pregoeiro, encaminhará o processo à Presidência da entidade licitadora para deliberar sobre a sua homologação.
- 10.4. No caso de interposição de recursos, depois de proferida a decisão quanto ao mesmo, será o resultado da licitação submetido ao PRESIDENTE DA CÂMARA para manter ou reformar a decisão do Pregoeiro, e posterior homologação.

11. DA FISCALIZAÇÃO

- 11.1. A prestação dos serviços objeto desta licitação será fiscalizada por servidor responsável indicado pela Contratante, que terá autoridade para exercer, em seu nome, toda e qualquer ação de orientação geral, controle e fiscalização da execução contratual de acordo com as condições estabelecidas no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.
- 11.2. **Compete ao Fiscal do Contrato:**
- a) **Sustar**, no todo ou em parte, a execução dos serviços sempre que a medida for considerada necessária;
 - b) **Recusar**, qualquer serviço que não atenda às especificações contratuais;
 - c) **Decidir** acerca das questões que se apresentarem, durante a execução dos serviços;
 - d) **Atestar**, faturas correspondentes à prestação dos serviços.

12. DA CONTRATAÇÃO

- 12.1. A licitante adjudicada, após homologação pela autoridade competente, será convocada a assinar o instrumento contratual, no prazo de até 05 (cinco) dias, contado da data de sua convocação, sendo que os serviços contratados (transmissão das sessões) deverão iniciar em, no máximo, 05 (cinco) dias úteis após a assinatura do contrato.
- 12.2. Farão parte integrante do contrato todos os elementos apresentados pelo licitante vencedor e que tenham servido de base para o julgamento da licitação, bem como as condições estabelecidas neste PREGÃO PRESENCIAL, independentemente de transcrição.
- 12.3. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos do §1º, do art. 57, da Lei 8.666/93 e alterações.



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



- 12.4. Caso a adjudicatária não assine o contrato, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis da comunicação por escrito, poderá a Câmara de Vereadores, sem prejuízo de aplicação de penalidades à desistente, optar pela contratação das proponentes remanescentes, observada a ordem de classificação, se alternativamente, não preferir revogar a presente licitação.
- 12.5. Sujeitar-se-á a adjudicatária que não assine o contrato no prazo de 5 (cinco) dias úteis às penalidades aludidas no item 17 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS, deste edital.
- 12.6. Farão parte integrante do contrato todos os elementos apresentados pela licitante vencedora que tenham servido de base para o julgamento da licitação, bem como as condições estabelecidas neste pregão, independentemente de transcrição.

13. DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

- 13.1. As responsabilidades das partes estão definidas na minuta contratual.

14. DO PAGAMENTO

- 14.1. O pagamento far-se-á de acordo com a minuta contratual.

15. DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

- 15.1. O contrato poderá ser rescindido nos casos previstos na minuta contratual e nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei n. 8.666/1993.

16. DO VALOR E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

- 16.1. O valor total máximo estimado que a Câmara de Vereadores de Itajaí se propõe a pagar pelo objeto desta licitação para o período de 12 (doze) meses é de: R\$ 473.493,33 (quatrocentos e setenta e três mil, quatrocentos e noventa e três reais e trinta e três centavos).
- 16.2. O recurso orçamentário necessário ao atendimento deste processo licitatório correrá à conta do Orçamento da Câmara de Vereadores de Itajaí, na seguinte dotação: 5/2015: 5-22.22022.1.31.1.2.112.0.339000— Aplicações Diretas.

17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 17.1. No decorrer do processo licitatório os proponentes que ensejarem o retardamento da sua execução, não mantiverem a proposta (injustificadamente), forem adjudicados e convocados para assinarem o contrato e não assinarem, comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, resguardada a ampla defesa e o contraditório as seguintes sanções, isolada ou cumulativamente, sem prejuízo da reparação dos danos causados à Administração da Câmara de Vereadores de Itajaí pelo infrator:



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



- I – Advertência e anotação restritiva no Cadastro de Fornecedores;
- II – Multa de 20% (vinte por cento) do valor estimado da contratação, aplicada nas hipóteses de inexecução total ou parcial das obrigações assumidas.
- III – Impedimento do direito de licitar ou de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou, ainda, até que seja promovida a reabilitação perante a Autoridade que aplicou a penalidade.
- IV – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.
- 17.2. A aplicação das penalidades ocorrerá após a defesa prévia do interessado, no prazo estabelecido na Lei de Licitações, a contar da intimação do ato.
- 17.3. Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso do atendimento, advir de caso fortuito ou motivo de força maior.
- 17.4. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pelo fornecedor no momento da execução do Contrato, sem justificativa aceita pelo órgão ou entidade usuária, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar, isolada ou cumulativamente, as seguintes sanções:
- I – Advertência;
- II – Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado total do contrato, em caso de recusa em assinar o Contrato;
- III – Multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de serviço incompleto ou em atraso, até o máximo de 10% (dez por cento), incidentes sobre o valor estimado da contratação, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, uma vez comunicados oficialmente;
- IV – Impedimento do direito de participar de licitação e de fornecer à Administração Pública, por prazo de até 05 (cinco) anos.
- 17.5. Em qualquer hipótese de aplicação de penalidades será assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.
- 17.6. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas em Lei, inclusive responsabilização do fornecedor por eventuais perdas e danos causados à Administração.

18. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 18.1. Nenhuma indenização será devida aos licitantes por apresentarem documentação e/ou elaborarem proposta relativa ao presente PREGÃO PRESENCIAL.
- 18.2. Recomenda-se aos licitantes que estejam no local indicado no preâmbulo deste edital, para a abertura dos envelopes e Sessão Pública do Pregão Presencial com antecedência de 15 (quinze) minutos do horário previsto.
- 18.3. Os serviços objeto do presente edital não poderão ser subcontratados ou terceirizados, no todo ou em parte.



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



- 18.4. É obrigatória a presença do licitante ou de seu representante, para o exercício dos direitos de ofertar lances e manifestar intenção de recorrer.
- 18.5. A Administração reserva-se o direito de filmar e/ou gravar as Sessões e utilizar este meio como prova.
- 18.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.
- 18.7. Só se iniciam e vencem os prazos referidos no item 18.6 em dia de expediente normal na Câmara de Vereadores de Itajaí.
- 18.8. Fica eleito o Foro da comarca de Itajaí/SC para dirimir quaisquer dúvidas ou questões provenientes da execução do contrato.

Itajaí, 07 de julho de 2015.

Ver. LUIZ CARLOS PISSETTI
Presidente da Câmara de Vereadores

VALDIRENE APARECIDA MAZZETTO MOROSO
Secretária de Administração e Finanças



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2015

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

- 1.1. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSMISSÃO, AO VIVO, EM CANAL ABERTO DE TV, DAS SESSÕES (ORDINÁRIAS E, EVENTUALMENTE, EXTRAORDINÁRIAS, SOLENES, PALESTRAS, AUDIÊNCIAS PÚBLICAS E DEMAIS REUNIÕES PERTINENTES) DA CÂMARA DE VEREADORES DE ITAJAÍ, EM TODO O MUNICÍPIO DE ITAJAÍ.

2. JUSTIFICATIVA

- 2.1. A transmissão das sessões do Poder Legislativo nos veículos de comunicação é medida legítima a conferir transparência às discussões e votações, assim como, aproximar a população de seus representantes constituídos. Os atos legislativos por meio televisivo aproxima de forma evidente o cidadão aos trabalhos dos parlamentares, que pode, de forma mais cômoda, averiguar a atuação de seus representantes, ora Vereadores.
- 2.2. Atualmente a Câmara de Vereadores de Itajaí transmite suas sessões ordinárias através da operadora de TV a Cabo, VCB Comunicação S.A. (Via Cabo TV), sendo compartilhado o canal da TVAL (Assembleia Legislativa), firmando através de convênio com a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.
- 2.3. Entretanto, grande parcela da população local conta apenas com TV Aberta, impossibilitando acompanhar os trabalhos legislativos. A contratação do serviço se faz necessária a fim de propiciar aos munícipes da cidade de Itajaí e região, a oportunidade de acompanhar as sessões legislativas através de canal de televisão aberta, possibilitando o conhecimento, desempenho e atuação dos vereadores e membros da Casa de Leis de Itajaí.
- 2.4. Com a transmissão das sessões em Canal Aberto de TV, a Câmara de Vereadores de Itajaí atingirá toda a sua população, principalmente os mais humildes, que não possuem condição de obter TV por assinatura, bem como de acompanhar pessoalmente os atos legislativos por conta da distância que residem da sede do Poder Legislativo Municipal.
- 2.5. A transmissão em tempo real visa dar maior amplitude à divulgação da tramitação dos trabalhos legislativos, sem restringir esse acesso, ou seja, de forma contrária ao que ocorre com a televisão paga, a qual é destinada apenas aos assinantes destes canais.
- 2.6. Além da importância da transmissão, justifica-se o horário requerido pela impossibilidade de precisar o término das Sessões Ordinárias, que varia de acordo com as discussões dos projetos, uso da palavra pelos parlamentares, entrega de homenagens e participação da comunidade, entre outros.
- 2.7. Sendo assim, pautado nos princípios da publicidade e da transparência dos atos públicos, a contratação ora requerida oferecerá maior participação da população no processo legislativo.



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



3. DOS SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS

- 3.1. Os serviços a serem desenvolvidos consistem na transmissão, ao vivo, em canal aberto de televisão, das sessões (ordinárias e, eventualmente, extraordinárias, solenes, palestras, audiências públicas e demais reuniões pertinentes) da Câmara de Vereadores de Itajaí, em todo o município de Itajaí.
- 3.2. Considerando-se o total de sessões ordinárias previstas para o período e a média de sessões extraordinárias, solenes, audiências públicas e demais eventos, realizadas em exercícios anteriores, estima-se em 92 (noventa e duas) as sessões a serem transmitidas no período de 12 (doze) meses.
- 3.3. As sessões ordinárias da Câmara de Vereadores de Itajaí deverão ser transmitidas sempre às terças e quintas-feiras, com início às 18 horas, por um período de até 3 (três) horas.
- 3.4. Caso não seja utilizado todo o tempo acima aludido, a Câmara de Vereadores de Itajaí poderá complementar o horário remanescente da sua programação com matérias e arquivos produzidos pela TV Câmara de Itajaí.
- 3.5. As demais sessões e eventos que deverão ser transmitidos ao vivo, independentemente do dia da semana que ocorrerem, serão comunicadas à Contratada com antecedência mínima de 05 (cinco) dias, cuja transmissão deverá ser pelo período máximo de 3 (três) horas após o seu início.
- 3.6. Durante os intervalos regimentais, deverão ser exibidos pela TV Câmara de Itajaí, documentários ou conteúdos institucionais dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, autarquias, fundações municipais, ONGs, bem como, institucionais do Estado e do Ministério Público. Nesses intervalos a emissora Contratada não poderá inserir nenhum tipo de anúncio, informe ou programação diferente da originada pela TV Câmara de Itajaí.
- 3.7. A emissora Contratada poderá inserir seu logotipo desde que este não sobreponha o logotipo da TV Câmara de Itajaí, localizado no canto superior direito da tela, sendo vedada a inserção de outros caracteres por meio de gerador de caracteres da emissora Contratada durante todo o período de transmissões ao vivo das sessões pela TV Câmara de Itajaí. Além disso, o rodapé deverá ser preservado, considerando que durante as sessões a TV Câmara utiliza o espaço para denominar os Vereadores e futuramente deverá passar as indicações feitas pelos parlamentares.
- 3.8. As mesmas regras citadas acima deverão ser seguidas para as transmissões dos outros atos legislativos, sejam eles: Sessões Extraordinárias, Solenes, Especiais, Audiências Públicas, etc.
- 3.9. A Contratada deverá disponibilizar os seguintes equipamentos e profissionais a serem instalados/alocados na sede da Câmara de Vereadores durante as transmissões ao vivo:
 - 3.9.1. 01 (um) link para transmissão;
 - 3.9.2. 01 (um) operador de áudio;
 - 3.9.3. 01 (um) auxiliar técnico de transmissão.
- 3.10. Os serviços de instalação de equipamentos, quando necessários, deverão obedecer, integralmente, as normas técnicas vigentes de segurança e medicina do trabalho, de acordo com a legislação trabalhista, para execução de serviços desta natureza, utilizando-se de equipamentos e ferramentas adequadas; bem como legislação pertinente a telecomunicações.



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



- 3.11. Os serviços de manutenção dos equipamentos de recepção de sinal de TV aberta, quando necessários, serão prestados pela empresa Contratada, sem qualquer custo adicional à Contratante.
- 3.12. O sinal da TV Câmara de Itajaí deverá ser transportado até a sede da emissora Contratada por meio de link de micro-ondas ou cabo de fibra ótica.
- 3.13. A emissora contratada não poderá fazer uso do sinal da TV Câmara de Itajaí, capturando-o da operadora de TV a cabo BlueTV para retransmissão por tratar-se de um canal compartilhado com a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, TVAL, estando este sinal sujeito a perda e atraso na sua comutação para Itajaí.
- 3.14. O sinal da TV Câmara de Itajaí será fornecido pela TV Câmara da seguinte forma:
- 3.14.1. **Vídeo:** será disponibilizado diretamente do distribuidor de vídeo da TV Câmara de Itajaí no formato 720x480, NTSC, SD e em 4:3, via cabo coaxial com conexão tipo BNC fornecido pela empresa contratada.
- 3.14.2. **Áudio:** será disponibilizado diretamente do distribuidor de áudio da TV Câmara de Itajaí via cabo XLR balanceado fornecido pela empresa contratada.
- 3.15. Todos os cabos, bem como, o serviço de cabeamento conectando os distribuidores de áudio e vídeo da TV Câmara ao equipamento da emissora Contratada será de responsabilidade única e exclusiva da Contratada.

4. RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

- 4.1. Prestar os serviços objeto deste Termo de Referência com presteza e dentro das normas técnicas cabíveis, com a máxima eficiência e conforme orientações e solicitações da Contratante.
- 4.2. Fornecer todos os materiais, equipamentos e mão-de-obra necessários à fiel execução dos serviços contratados.
- 4.3. Substituir todos os equipamentos necessários para execução do objeto do contrato em caso de mudança da tecnologia adotada, seja analógica ou digital, inteiramente às suas expensas.
- 4.4. Prestar os serviços de assistência técnica e manutenção dos equipamentos sempre que os mesmos apresentarem falhas de funcionamento ou funcionamento irregular em função de defeitos inerentes aos mesmos, por meio de profissional capacitado, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após a constatação do mesmo.
- 4.5. Interromper imediatamente a transmissão de cada sessão ora pactuada, para acatamento de ordens, decisões, despachos, comunicados, de qualquer esfera do Poder Público que estejam vinculadas às regras obrigatórias ou às normas legais pertinentes a execução dos serviços de telecomunicações, incluindo-se pronunciamentos ou horário político em eventual período eleitoral.
- 4.5.1. Na ocorrência de interrupção da transmissão nos casos previstos no item 4.5. e, ainda, em decorrência de situações alheias à Câmara de Vereadores, serão descontados dos valores a serem pagos à Contratada o período de tempo em que a transmissão das sessões (ou demais eventos) forem suspensas.



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



- 4.6. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato. Sua inadimplência com referência aos encargos referidos neste item, não implica em responsabilidade solidária ou subsidiária da Câmara de Vereadores, ou do Município de Itajaí, nem poderá onerar o objeto do Contrato.
- 4.7. Responsabilizar-se por quaisquer danos causados diretamente à Contratante ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato.
- 4.8. Atender, prontamente, a todas as determinações e/ou solicitações formuladas pela Contratante.
- 4.9. Emitir a respectiva Nota Fiscal/Fatura dos serviços prestados para verificação e posterior pagamento.
- 4.10. Manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação que lhe foram exigidas.

5. RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

- 5.1. Fornecer todas as informações necessárias à execução dos serviços solicitados.
- 5.2. Permitir o acesso dos técnicos da Contratada, devidamente identificados, para a execução dos serviços.
- 5.3. Exercer a fiscalização dos serviços, documentando eventuais ocorrências.
- 5.4. Emitir previamente Nota de Empenho para atender os serviços utilizados, bem como liquidar os débitos em seus respectivos vencimentos, após certificada a prestação do serviço.
- 5.5. Aplicar à contratada, quando for o caso, as penalidades cabíveis e em conformidade com a disciplina da Lei nº 8.666/1993 e alterações respectivas.
- 5.6. Publicar o extrato do contrato, na forma da Lei.

6. CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 6.1. O recurso orçamentário necessário ao atendimento deste termo de referência correrá à conta do Orçamento da Câmara de Vereadores de Itajaí, na seguinte dotação: 5/2015: 5-22.22022.1.31.1.2.112.0.339000– Aplicações Diretas.

7. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

- 7.1. O julgamento das propostas deverá ser procedido pelo MENOR PREÇO POR ITEM.

8. DOS PRAZOS DA CONTRATAÇÃO

- 8.1. O contrato a ser firmado terá vigência pelo prazo de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado nos termos da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



9. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 9.1. O representante da Contratante, especialmente designado para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, a cada mês analisará o exato cumprimento das obrigações da Contratada no período, quanto à execução, atestando a execução dos serviços e encaminhando a correspondente nota fiscal à Secretaria de Administração e Finanças, com o devido aceite e recebimento.
- 9.2. O pagamento dos serviços objeto deste instrumento será efetuado mensalmente, em até 05 (cinco) dias úteis após a apresentação do documento fiscal (nota fiscal/fatura) correspondente aos serviços efetivamente realizados, verificados e aceitos pela Câmara de Vereadores de Itajaí.
- 9.3. Caso a Nota Fiscal/Fatura apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data de regularização do documento fiscal.
- 9.4. Caso não haja expediente na Câmara de Vereadores de Itajaí no dia do vencimento da Nota Fiscal/Fatura, fica o pagamento prorrogado para o 1º dia útil subsequente.
- 9.5. No caso de eventual atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de atualização financeira devida pela CONTRATANTE, entre a data do atraso e a correspondente ao efetivo adimplemento do fornecimento, será calculada de acordo com variação *pro rata tempore* do IGPM/FGV, ou de outro índice que venha a substituí-lo oficialmente.
- 9.6. A compensação financeira prevista na condição mencionada no item anterior será cobrada em Nota Fiscal/Fatura após a ocorrência.

10. DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

- 10.1. Durante a vigência do contrato, a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada por servidor da Câmara de Vereadores, a ser designado pela Secretaria de Comunicação e Promoção Social.
- 10.2. A atestação de conformidade do fornecimento do objeto cabe ao responsável pela fiscalização do contrato ou a outro servidor designado para esse fim.
- 10.3. A empresa Contratada, durante a vigência do contrato, deverá manter preposto, aceito pela Administração da Contratante, para representá-lo sempre que for necessário.



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2015

ANEXO II – QUANTITATIVOS E VALORES DE REFERÊNCIA

1. QUANTITATIVOS E VALORES DE REFERÊNCIA

- 1.1. O valor total máximo estimado que a Câmara de Vereadores de Itajaí se propõe a pagar pelos serviços objeto desta licitação é de R\$ 473.493,33 (quatrocentos e setenta e três mil, quatrocentos e noventa e três reais e trinta e três centavos) para o período de 12 (doze) meses:

VALORES DE REFERÊNCIA				
ITEM	QUANT.	OBJETO	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO ESTIMADO	VALOR TOTAL MÁXIMO ESTIMADO
1	92 sessões	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSMISSÃO, AO VIVO, EM CANAL ABERTO DE TV, DAS SESSÕES (ORDINÁRIAS E, EVENTUALMENTE, EXTRAORDINÁRIAS, SOLENES, PALESTRAS, AUDIÊNCIAS PÚBLICAS E DEMAIS REUNIÕES PERTINENTES) DA CÂMARA DE VEREADORES DE ITAJAÍ, EM TODO O MUNICÍPIO DE ITAJAÍ.	R\$ 5.146,67	R\$ 473.493,33
TOTAL GERAL MÁXIMO ESTIMADO PARA O PERÍODO		R\$ 473.493,33	



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2015

ANEXO III – MODELO DE FORMULAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

Ref.: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 10/2015 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2015

IDENTIFICAÇÃO DA PROPONENTE:

Razão Social: _____

CNPJ: _____

Endereço: _____

Telefone/fax: _____

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de transmissão, ao vivo, em canal aberto de TV, das sessões (ordinárias e, eventualmente, extraordinárias, solenes, palestras, audiências públicas e demais reuniões pertinentes) da Câmara de Vereadores de Itajaí.

ITEM	QUANT	UNID.	OBJETO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	92	un	Serviços de transmissão, ao vivo, em canal aberto de TV, das sessões (ordinárias e, eventualmente, extraordinárias, solenes, palestras, audiências públicas e demais reuniões pertinentes) da Câmara de Vereadores de Itajaí, em todo o município de Itajaí, conforme as especificações, quantitativos e condições constantes no Termo de Referência.		
TOTAL GERAL				R\$	

1. **Valor TOTAL**, referente ao objeto do instrumento convocatório: R\$ _____, ____ (valor por extenso _____)

Nos preços propostos estão inclusos todos os materiais/serviços necessários, despesas de frete, impostos, encargos sociais e outras necessárias para a execução do respectivo objeto.

2. **Condições de pagamento:** Conforme item 9.2. do Termo de Referência.

4. **Prazo de validade da proposta:** _____ (por extenso _____) dias (não podendo ser inferior a 60 [sessenta] dias, a partir da abertura dos envelopes nº 01 “PROPOSTA DE PREÇOS”).

..... de de 2015.

.....
Nome, assinatura e carimbo (Razão social da empresa)

Observação: Emitir em papel timbrado do licitante.



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2015

ANEXO IV – MODELO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO

(A SER APRESENTADO FORA DOS ENVELOPES DE PROPOSTA E HABILITAÇÃO)

Por este instrumento, solicitamos o credenciamento da empresa _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____ para participar da licitação supramencionada, por intermédio do seu representante _____ (nome) ou por procuração anexa, na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da outorgante, visando formular propostas e lances verbais, negociar preços, declarar a intenção de interposição de recurso, renunciar ao direito de interpor recursos e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

Localidade, data, mês e ano.

Assinatura do Outorgante

(CARIMBO CNPJ E RECONHECIMENTO DE FIRMA)

Observação: Emitir em papel timbrado do licitante.



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2015

ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO ÀS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

(A SER APRESENTADO FORA DOS ENVELOPES DE PROPOSTA E HABILITAÇÃO)

_____(nome da empresa) inscrita no CNPJ/MF
sob o nº _____, com sede na _____ (endereço da
empresa) por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)
_____ portador(a) da Cédula de Identidade sob o nº _____
e inscrito no CPF/MF sob o nº _____ licitante no certame
acima destacado, promovido pela Câmara de Vereadores de Itajaí, DECLARAMOS para efeitos de
atendimento do item 4.3.5 do **Edital de PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2015**, promovido pela CÂMARA DE
VEREADORES DE ITAJAÍ, conforme exigido pelo inciso VII do art. 4º, da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho
de 2002, que obedecemos plenamente as condições de habilitação estabelecidas neste Edital.

Localidade, data, mês e ano.

Nome, assinatura e carimbo (Razão social da empresa).

Observação: Emitir em papel timbrado do licitante.



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2015

**ANEXO VI – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INC. XXXIII DO ART. 7º DA
CF/88**

_____(nome da empresa) inscrito(a) no CNPJ/MF
sob o nº _____, com sede na _____ (endereço da
empresa) por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)
_____ portador(a) da Cédula de Identidade sob o nº
_____ e inscrito no CPF/MF sob o nº _____,
em atenção ao inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666/93, acrescido pela Lei nº 9.854/99, DECLARA, sob as penas
da lei, que cumpre integralmente o contido no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição da República e que não
possui em seu quadro pessoal empregados com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso
ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14
(quatorze) anos.

Localidade, data, mês e ano.

Nome, assinatura e carimbo (Razão social da empresa).

Observação: Emitir em papel timbrado do licitante.



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2015

ANEXO VII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

IDENTIFICAÇÃO	
Nome:	CPF:
XXX	XXX
Nome da Empresa:	CNPJ:
XXX	XXX
Função do(a) declarante(a) na Empresa:	Telefone de contato:
XXX	XXX
DECLARAÇÃO	
<p>Declaro, sob as penas da lei, para fins de participação em licitação, que a pessoa física/jurídica supra identificada:</p> <p>() não possui sócio/empregado que seja cônjuge, companheiro(a) ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até terceiro grau, inclusive, dos membros da Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Itajaí, dos Vereadores, dos Secretários e cargos assemelhados ou de servidor da Câmara de Vereadores de Itajaí investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento.</p> <p>() possui sócio/empregado que seja [] cônjuge ou companheiro(a) e/ou [] parente em linha reta ou colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, dos membros da Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Itajaí, dos Vereadores, dos Secretários e cargos assemelhados ou de servidor investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, a seguir indicado(a):</p>	
Nome:	
XXX	
Cargo:	Órgão de Lotação:
XXX	XXX
Grau de Parentesco:	
XXX	

Local:	Data:
XXX	XXX
Assinatura do Declarante:	



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2015
ANEXO VIII – MODELO DE ATESTADO DE VISITA TÉCNICA

Declaro, sob as penas da lei, que esta proponente (RAZÃO SOCIAL) _____, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na rua _____, nº _____, bairro _____, município de _____, Estado de _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, por seu representante legal, Sr. _____, portador da Cédula de Identidade nº _____, e inscrito no CPF nº _____, efetuou visita técnica à Câmara de Vereadores de Itajaí, tomando conhecimento das necessidades referentes à execução dos serviços objeto da licitação; bem como que tomou conhecimento da estrutura atual e de todos os elementos técnicos necessários ao cumprimento do objeto desta licitação, admitindo-se, consequentemente, como certo, o prévio e total conhecimento da situação.

Declaro, também, que o eventual desconhecimento das condições e características do local onde serão realizados os serviços não poderá ser alegado, a qualquer tempo, como motivo para quaisquer reivindicações durante a vigência do contrato.

Assim sendo, para fins que se fizer de direito, e por possuir poderes legais para tanto, firmo a presente.

....., de de 2015.

.....
Nome e assinatura do representante legal da empresa

.....
Visto do Diretor de TV e Rádio da
Câmara de Vereadores de Itajaí



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2015

ANEXO IX – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DE LOCAL DOS SERVIÇOS

Declaro, sob as penas da lei, que esta proponente _____ (RAZÃO SOCIAL) _____, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na rua _____, nº _____, bairro _____, município de _____, Estado de _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, por seu representante legal, Sr. _____, portador da Cédula de Identidade nº _____, e inscrito no CPF nº _____, detém pleno conhecimento sobre as condições e o local para execução dos serviços descritos no Anexo I do edital.

Declaro, também, que o eventual desconhecimento das condições e características do local onde serão realizados os serviços não poderá ser alegado, a qualquer tempo, como motivo para quaisquer reivindicações durante a vigência do contrato.

Assim sendo, para fins que se fizer de direito, e por possuir poderes legais para tanto, firmo a presente.

....., de de 2015.

.....
Nome e assinatura do representante legal da empresa



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2015

ANEXO X – MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO Nº XX/2015

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO, A **CÂMARA DE VEREADORES DE ITAJAÍ** E, DO OUTRO LADO, A EMPRESA _____, NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente instrumento particular de contrato, de um lado a **CÂMARA DE VEREADORES DE ITAJAÍ**, inscrita no CNPJ sob nº 83.500.603/0001-80, com sede na cidade de Itajaí, Estado de Santa Catarina, na Av. Ver. Abrahão João Francisco, nº 3825, Bairro Ressacada, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato, representado por seu Presidente, o senhor _____, inscrito no CPF sob o nº _____ e portador do RG nº _____, e, de outro lado, a empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, adiante designada simplesmente **CONTRATADA**, com sede à Rua _____, n.º _____, bairro _____, CEP _____, inscrita no CNPJ sob o n.º _____, representada, neste ato, pelo (a) Sr. (a) _____, com CPF de n.º _____ e RG n.º _____, fica ajustado e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

- 1.1. Contratação de empresa para prestação de serviços de transmissão, ao vivo, em canal aberto de TV, das sessões (ordinárias e, eventualmente, extraordinárias, solenes, palestras, audiências públicas e demais reuniões pertinentes) da Câmara de Vereadores de Itajaí, em todo o município de Itajaí, de acordo com as especificações, quantitativos e condições que integram o Termo de Referência – Anexo I do Edital de Licitação nº 10/2015, Pregão nº 09/2015.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS

- 2.1. Os serviços a serem desenvolvidos consistem na transmissão, ao vivo, em canal aberto de televisão, das sessões (ordinárias e, eventualmente, extraordinárias, solenes, palestras, audiências públicas e demais reuniões pertinentes) da Câmara de Vereadores de Itajaí, em todo o município de Itajaí.
- 2.2. Considerando-se o total de sessões ordinárias previstas para o período e a média de sessões extraordinárias, solenes, audiências públicas e demais eventos, realizadas em exercícios anteriores, estima-se em 92 (noventa e duas) as sessões a serem transmitidas no período de 12 (doze) meses.
- 2.3. As sessões ordinárias da Câmara de Vereadores de Itajaí deverão ser transmitidas sempre as terças e quintas-feiras, com início às 18 horas por um período de até 3 (três) horas.



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



- 2.4. Caso não seja utilizado todo o tempo acima aludido, a Câmara de Vereadores de Itajaí poderá complementar o horário remanescente da sua programação com matérias e arquivos produzidos pela TV Câmara de Itajaí.
- 2.5. As demais sessões e eventos que deverão ser transmitidos ao vivo, independentemente do dia da semana que ocorrerem, serão comunicadas à Contratada com antecedência mínima de 05 (cinco) dias, cuja transmissão deverá ser pelo período máximo de 3 (três) horas após o seu início.
- 2.6. Durante os intervalos regimentais, deverão ser exibidos pela TV Câmara de Itajaí, documentários ou conteúdos institucionais dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, autarquias, fundações municipais, ONGs, bem como, institucionais do Estado e do Ministério Público. Nesses intervalos a emissora Contratada não poderá inserir nenhum tipo de anúncio, informe ou programação diferente da originada pela TV Câmara de Itajaí.
- 2.7. A emissora Contratada poderá inserir seu logotipo desde que este não sobreponha o logotipo da TV Câmara de Itajaí, localizado no canto superior direito da tela, sendo vedada a inserção de outros caracteres por meio de gerador de caracteres da emissora Contratada durante todo o período de transmissões ao vivo das sessões pela TV Câmara de Itajaí. Além disso, o rodapé deverá ser preservado, considerando que durante as sessões a TV Câmara utiliza o espaço para denominar os Vereadores e futuramente deverá passar as indicações feitas pelos parlamentares.
- 2.8. As mesmas regras citadas acima deverão ser seguidas para as transmissões dos outros atos legislativos, sejam eles: Sessões Extraordinárias, Solenes, Especiais, Audiências Públicas, etc.
- 2.9. A Contratada deverá disponibilizar os seguintes equipamentos e profissionais a serem instalados/alocados na sede da Câmara de Vereadores durante as transmissões ao vivo:
- 2.9.1. 01 (um) link para transmissão;
 - 2.9.2. 01 (um) operador de áudio;
 - 2.9.3. 01 (um) auxiliar técnico de transmissão.
- 2.10. Os serviços de instalação de equipamentos, quando necessários, deverão obedecer, integralmente, as normas técnicas vigentes de segurança e medicina do trabalho, de acordo com a legislação trabalhista, para execução de serviços desta natureza, utilizando-se de equipamentos e ferramentas adequadas; bem como legislação pertinente a telecomunicações.
- 2.11. Os serviços de manutenção dos equipamentos de recepção de sinal de TV aberta, quando necessários, serão prestados pela empresa Contratada, sem qualquer custo adicional à Contratante.
- 2.12. O sinal da TV Câmara de Itajaí deverá ser transportado até a sede da emissora Contratada por meio de link de micro-ondas ou cabo de fibra ótica.
- 2.13. A emissora contratada não poderá fazer uso do sinal da TV Câmara de Itajaí, capturando-o da operadora de TV a cabo BlueTV para retransmissão por tratar-se de um canal compartilhado com a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, TVAL, estando este sinal sujeito a perda e atraso na sua comutação para Itajaí.
- 2.14. O sinal da TV Câmara de Itajaí será fornecido pela TV Câmara da seguinte forma:



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



- 2.14.1. **Vídeo:** será disponibilizado diretamente do distribuidor de vídeo da TV Câmara de Itajaí no formato 720x480, NTSC, SD e em 4:3, via cabo coaxial com conexão tipo BNC fornecido pela empresa contratada;
- 2.14.2. **Áudio:** será disponibilizado diretamente do distribuidor de áudio da TV Câmara de Itajaí via cabo XLR balanceado fornecido pela empresa contratada;
- 2.15. Todos os cabos, bem como, o serviço de cabeamento conectando os distribuidores de áudio e vídeo da TV Câmara ao equipamento da emissora Contratada será de responsabilidade única e exclusiva da Contratada.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DO CONTRATO

- 3.1. O valor total do presente Contrato é de R\$ _____ (_____).

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

- 4.1. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, a contar da assinatura do mesmo, podendo ser prorrogado nos termos do art. 57, da Lei 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA QUINTA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

- 5.1. Durante a vigência do contrato, o objeto do presente contrato será acompanhado e fiscalizado em todos os seus termos a qualquer tempo, pelo fiscal do Contrato.
- 5.2. A execução do objeto deste contrato será fiscalizada por servidor da Câmara de Vereadores, a ser designado pela Secretaria de Comunicação e Promoção Social, que terá autoridade para executar, em seu nome, toda e qualquer ação de orientação geral, controle e fiscalização da execução contratual de acordo com as condições estabelecidas no Termo de Referência – Anexo I do Processo Licitatório nº 10/2015, Pregão nº 09/2015.
- 5.2.1. Compete ao Fiscal do Contrato:
- a) **Sustar**, no todo ou em parte, a execução dos serviços sempre que a medida for considerada necessária;
 - b) **Recusar**, qualquer serviço que não atenda às especificações contratuais;
 - c) **Decidir** acerca das questões que se apresentarem, durante a execução dos serviços;
 - d) **Atestar**, faturas correspondentes à prestação dos serviços.

CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

- 6.1. O recurso orçamentário necessário ao atendimento deste contrato correrá à conta do Orçamento da Câmara de Vereadores de Itajaí, na seguinte dotação: 5/2015: 5-22.22022.1.31.1.2.112.0.339000– Aplicações Diretas.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS PRAZOS DA CONTRATAÇÃO

- 7.1. O presente contrato terá vigência pelo prazo de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado nos termos da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



CLÁUSULA OITAVA – DO RECEBIMENTO

8.1. Os serviços serão recebidos:

8.1.1. Provisoriamente, nos termos do artigo 73, inciso I, alínea “a”, da Lei Federal 8.666/93;

8.1.2. Definitivamente, nos termos do artigo 73, inciso I, alínea “b”, da Lei Federal 8.666/93.

8.2. É ressalvado à Câmara de Vereadores de Itajaí o não recebimento dos SERVIÇOS, se estes não estiverem dentro das especificações exigidas na licitação conforme especificações neste Pregão Presencial em especial o seu Anexo I – Termo de Referência.

8.3. A assinatura do canhoto da nota fiscal ou protocolo em outros documentos indica tão somente o recebimento da mesma pela Câmara de Vereadores de Itajaí, sendo sua confirmação definitiva condicionada à conferência dos dados relacionados na nota fiscal da PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, relatórios ou outros documentos que se fizerem necessários.

CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

9.1. O representante da Contratante, especialmente designado para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, a cada mês analisará o exato cumprimento das obrigações da Contratada no período, quanto à execução, atestando a execução dos serviços e encaminhando a correspondente nota fiscal à Secretaria de Administração e Finanças, com o devido aceite e recebimento.

9.2. O pagamento dos serviços objeto deste instrumento será efetuado mensalmente, em até 05 (cinco) dias úteis após a apresentação do documento fiscal (nota fiscal/fatura) correspondente aos serviços efetivamente realizados, verificados e aceitos pela Câmara de Vereadores de Itajaí.

9.3. Caso a Nota Fiscal/Fatura apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data de regularização do documento fiscal.

9.4. Caso não haja expediente na Câmara de Vereadores de Itajaí no dia do vencimento da Nota Fiscal/Fatura, fica o pagamento prorrogado para o 1º dia útil subsequente.

9.5. No caso de eventual atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de atualização financeira devida pela CONTRATANTE, entre a data do atraso e a correspondente ao efetivo adimplemento do fornecimento, será calculada de acordo com variação *pro rata tempore* do IGPM/FGV, ou de outro índice que venha a substituí-lo oficialmente.

9.6. A compensação financeira prevista na condição mencionada no item anterior será cobrada em Nota Fiscal/Fatura após a ocorrência.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO AMPARO LEGAL

10.1. A lavratura do presente contrato decorre da realização do PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2015, realizado com fundamento no artigo 1º da Lei nº 10.520/02.



CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

- 11.1. A execução do contrato, bem como os casos nele omissos, regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios de teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, na forma do artigo 54, da Lei n. 8.666/93 combinado com o inciso XII, do artigo 55, do mesmo diploma legal.
- 11.2. Se qualquer das partes contratantes, em benefício da outra, permitir, mesmo por omissões, a inobservância no todo ou em parte de qualquer dos itens ou condições do edital do Pregão Presencial 10/2015 e seus anexos, tal fato não poderá liberar, desonerar ou de qualquer forma afetar ou prejudicar esses itens ou condições e todos os outros, os quais permanecerão inalterados, como se nenhuma tolerância houvesse ocorrido.
- 11.3. A Contratada assume integral responsabilidade pelos danos que causar a Contratante ou a terceiros, por si, ou seus sucessores e representantes na execução do objeto deste edital, isentando a última de toda e qualquer reclamação que possa surgir em decorrência do mesmo, e possibilitando o desconto nos valores se comprovado o dano.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS ENCARGOS DA CONTRATANTE

12.1. Caberá à CONTRATANTE:

- 12.1.1. Fornecer todas as informações necessárias à execução dos serviços solicitados.
- 12.1.2. Permitir o acesso dos técnicos da Contratada, devidamente identificados, para a execução dos serviços.
- 12.1.3. Exercer a fiscalização dos serviços, documentando eventuais ocorrências.
- 12.1.4. Emitir previamente Nota de Empenho para atender os serviços utilizados, bem como liquidar os débitos em seus respectivos vencimentos, após certificada a prestação do serviço.
- 12.1.5. Aplicar à contratada, quando for o caso, as penalidades cabíveis e em conformidade com a disciplina da Lei nº 8.666/1993 e alterações respectivas.
- 12.1.6. Publicar o extrato do contrato, na forma da Lei.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS ENCARGOS DA CONTRATADA

13.1. Caberá à CONTRATADA:

- 13.1.1. Prestar os serviços objeto deste Contrato com presteza e dentro das normas técnicas cabíveis, com a máxima eficiência e conforme orientações e solicitações da Contratante.
- 13.1.2. Fornecer todos os materiais, equipamentos e mão-de-obra necessários à fiel execução dos serviços contratados.



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



- 13.1.3. Substituir todos os equipamentos necessários para execução do objeto do contrato em caso de mudança da tecnologia adotada, seja analógica ou digital, inteiramente às suas expensas.
- 13.1.4. Prestar os serviços de assistência técnica e manutenção dos equipamentos sempre que os mesmos apresentarem falhas de funcionamento ou funcionamento irregular em função de defeitos inerentes aos mesmos, por meio de profissional capacitado, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após a constatação do mesmo.
- 13.1.5. Interromper imediatamente a transmissão de cada sessão ora pactuada, para acatamento de ordens, decisões, despachos, comunicados, de qualquer esfera do Poder Público que estejam vinculadas às regras obrigatórias ou às normas legais pertinentes a execução dos serviços de telecomunicações, incluindo-se pronunciamentos ou horário político em eventual período eleitoral.
- 13.1.6. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato. Sua inadimplência com referência aos encargos referidos neste item, não implica em responsabilidade solidária ou subsidiária da Câmara de Vereadores, ou do Município de Itajaí, nem poderá onerar o objeto do Contrato.
- 13.1.7. Responsabilizar-se por quaisquer danos causados diretamente à Contratante ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato.
- 13.1.8. Atender, prontamente, a todas as determinações e/ou solicitações formuladas pela Contratante.
- 13.1.9. Emitir a respectiva Nota Fiscal/Fatura dos serviços prestados para verificação e posterior pagamento.
- 13.1.10. Manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação que lhe foram exigidas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS, COMERCIAIS E FISCAIS

14.1. À CONTRATADA caberá assumir:

- 14.1.1. Responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE;
- 14.1.2. Todos os encargos de possíveis demandas trabalhistas, cível ou penal, relacionada à execução do objeto contratado, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou contingência;
- 14.1.3. A responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação do PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2015.
- 14.1.4. A inadimplência da contratada com referência aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultante da execução do objeto contratado, não transfere à CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2015, razão pela qual a CONTRATADA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva para com a CONTRATANTE.



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES GERAIS

- 15.1. É expressamente proibida, por parte da CONTRATADA, durante a execução do objeto contratado, a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal da CONTRATANTE.
- 15.2. A CONTRATADA fica proibida de veicular publicidade acerca do objeto do PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2015, salvo se houver prévia autorização da CONTRATANTE.
- 15.3. A CONTRATADA fica proibida de transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto do presente contrato, sem prévia anuência da CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

- 16.1. Este contrato poderá ser alterado nos casos previstos no artigo 65 da Lei 8.666/93, desde que haja interesse da CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO AUMENTO OU SUPRESSÃO

- 17.1. No interesse da CONTRATANTE o objeto do PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2015 poderá ser aumentado ou suprimido, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado, conforme disposto no artigo 65, §§ 1º e 2º da Lei 8.666/93.
- 17.2. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições, os aumentos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite ora previsto, calculado sobre o valor inicial atualizado da nota de empenho.
- 17.2.1. As supressões resultantes de acordo celebradas entre os contratantes poderão ser maiores do que o disposto nesta condição, desde que resultantes de acordos celebrados entre as partes.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS PENALIDADES

- 18.1. O descumprimento das obrigações estabelecidas no contrato sujeitará a CONTRATADA à multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia e por ocorrência, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, uma vez comunicados oficialmente.
- 18.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto do PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2015, a Administração da CVI poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
- 18.2.1. Advertência;
- 18.2.2. Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução parcial ou total do objeto contratado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contado da comunicação oficial;
- 18.2.3. Impedimento de licitar e contratar com a Administração Direta ou Indireta de Itajaí, pelo prazo de até 5 (cinco) anos;



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



- 18.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração da Câmara de Vereadores de Itajaí pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.
- 18.3. Pelos motivos que se seguem, principalmente, a CONTRATADA estará sujeita às penalidades tratadas nas condições desta Cláusula:
- 18.3.1. Pela recusa injustificada de assinar o contrato;
- 18.3.2. Pela não prestação dos Serviços de acordo com as especificações técnicas constantes do PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2015 e da proposta da CONTRATADA, dentro do prazo proposto;
- 18.3.3. Pelo descumprimento de alguma das condições e dos prazos estipulados no PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2015, na proposta e no cronograma físico-financeiro apresentado pela CONTRATADA.
- 18.4. Se o motivo ocorrer por comprovado impedimento ou por motivo de reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração da CONTRATANTE, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas.
- 18.5. Além das penalidades citadas, a CONTRATADA ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedores da Câmara de Vereadores de Itajaí e, no que couber, às demais penalidade referida no Capítulo IV da Lei 8.666/93.
- 18.6. As sanções de advertência, impedimento de contratar com a Administração Pública e a declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
- 18.7. A prestação dos Serviços em desconformidade com as especificações solicitadas e que forem advertidas e não sendo devidamente regularizadas no prazo de 05 (cinco) dias, ocasionarão a incidência de multa.
- 18.8. O retrabalho decorrente da má execução ou inobservância das especificações é de responsabilidade da CONTRATADA, sendo executado às suas expensas, sem que isto isente a empresa das mesmas penalidades.
- 18.9. Os valores pertinentes às multas aplicadas serão descontados dos créditos a que a CONTRATADA tiver direito ou cobrados judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA RESCISÃO

- 19.1. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei 8.666/93.
- 19.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- 19.3. A rescisão do contrato poderá ser:



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



- 19.3.1. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração da CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei 8.666/93, notificando-se a CONTRATADA com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias;
- 19.3.2. Amigável, por acordo entre as partes, reduzidas a termo no PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2015, desde que haja conveniência para a Administração da Câmara de Vereadores de Itajaí;
- 19.3.3. Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.
- 19.4. A rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA VINCULAÇÃO AO PREGÃO PRESENCIAL

- 20.1. Este contrato fica vinculado aos termos do PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2015, cuja realização decorre da autorização do Presidente da Câmara de Vereadores de Itajaí.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO REAJUSTE

- 21.1. Observado o disposto no inciso II do art. 57 da Lei 8.666/93, tal contrato será reajustado pelo índice IGP-M (FGV) acumulado no período ou outro índice que vier a substituí-lo.
- 21.2. Na hipótese de prorrogação do presente contrato o reajustamento acima previsto será devido a cada período de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DO FORO

- 22.1. As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual no Foro da Comarca de Itajaí,

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, às quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA.

Itajaí (SC), de de 2015.

Presidente da Câmara de Vereadores de Itajaí
CONTRATANTE

Empresa
CONTRATADA

TESTEMUNHAS: 1) _____

2) _____